

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**JULIANA TERRA DOS SANTOS**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A CONSTRUÇÃO DA  
CIDADANIA**

**CERES – GO  
2022**

**JULIANA TERRA DOS SANTOS**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A CONSTRUÇÃO DA  
CIDADANIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas, sob orientação da Profª Drª Maria Lícia dos Santos e co-orientação Profª Drª Denise Dias.

**CERES – GO  
2022**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

SSA237 Santos, Juliana terra dos  
i A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA / Juliana terra dos Santos;  
orientadora Maria Lícia Santos; co-orientadora Denise  
Dias. -- Ceres, 2022.  
24 p.

TCC (Graduação em Licenciatura em Ciências  
Biológicas) -- Instituto Federal Goiano, Campus  
Ceres, 2022.

1. Desigualdade. 2. Educação. 3. Equidade. 4.  
Oportunidade. I. Santos, Maria Lícia, orient. II.  
Dias, Denise, co-orient. III. Título.



## **Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano**

### **Sistema Integrado de Bibliotecas**

---

#### **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

#### **Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese  | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização                 | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação                  | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ |   |

Nome Completo do Autor: Juliana Terra dos Santos

Matrícula: 2018103220530127

Título do Trabalho: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

### Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

—

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 06/12/2022

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

### DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

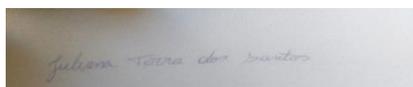
O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres, 06 de dezembro de 2022

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientando(a):

*Maria Licia dos Santos*

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO  
DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

### **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO**

Aos 02 dia(s) do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a defesa de Trabalho de Curso do(a) acadêmico(a), JULIANA TERRA DOS SANTOS do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, matrícula, 2018103220530127, cujo título é A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA . A defesa iniciou-se às 18 horas e 00 minutos, finalizando-se às 19 horas e 30 minutos. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO com média 8,0 no trabalho escrito, média 10,0 no trabalho oral, apresentando assim média aritmética final 9,0 de pontos, estando o(a) estudante APTA para fins de conclusão do Trabalho de Curso.

Após atender às considerações da banca e respeitando o prazo disposto em calendário acadêmico, o(a) estudante deverá fazer a submissão da versão corrigida em formato digital (.pdf) no Repositório Institucional do IF Goiano – RIIF, acompanhado do Termo Ciência e Autorização Eletrônico (TCAE), devidamente assinado pelo autor e orientador.

Os integrantes da banca examinadora assinam a presente.

*Maria Licia dos Santos*

**Profª Orientadora**

*Denise Dias*

**Nome do Membro 1 Banca Examinadora**

*Thomaz Lourenço Silva*

**Nome do Membro 2 Banca Examinadora**

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO**

**Campus Ceres**

**Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000**

**(62) 3307-7100**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de dedicar e agradecer esta dissertação a algumas pessoas que contribuirão na minha caminhada acadêmica:

Em primeiro lugar a Deus, que sempre me deu força nos momentos mais difíceis.

A minha orientadora Dr<sup>o</sup> Maria Lícia dos Santos e a co-orientadora Dr<sup>o</sup> Denise Dias.

A minha família, minha mãe Maria Moreno dos Santos que não importasse qual fosse a minha dificuldade sempre esteve presente comigo durante todos esses 5 anos, ao meu pai José Terra Netos e aos meus irmãos Jaqueline Terra dos Santos e Jesus Terra dos Santos. Há todos os meus amigos e colegas de classe, alguns em especial como Divalci Moises, Mônica Gonçalves, Rafael Neves e Ubirlene Ferreira, que assim como eu enfrentaram grandes desafios, mas se manterão firme até o fim além da minha segunda mãe Eliene.

E um agradecimento em especial aos professores (as) Maria do Socorro, Suelino, Thiago Qualhato e ao professor Ilmo.

## **RESUMO**

O presente trabalho estuda sobre a importância da educação escolar para a formação da dignidade e cidadania da classe popular, por um espaço igualitário/equalitário em uma sociedade que se mostra excludente, que negligencia o direito de viver com dignidade, que sinaliza as fragilidades de todo o sistema educacional instalado no presente contexto político e econômico brasileiro. Por consecutivo, explora-se a questão da educação que, mesmo sendo direito de todos, não tem garantido uma formação libertadora e conscientizadora. Muitos desafios ainda são enfrentados pelas pessoas de baixa renda, que lutam diariamente para expressar seu valor, enfrentando menosprezo e falta de oportunidades condicionadas pelas diferenças sociais. Sistemáticamente pessoas sofrem preconceito e desrespeito e aumenta a marginalização. O aporte teórico e metodológico da presente reflexão, baseou-se em estudos de renomados pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre a temática, considerando que a educação é a base para a formação de uma sociedade que busca a cidadania e o direito ao conhecimento. Concluiu-se que muito ainda tem que ser feito, conscientizando a sociedade para a cobrança de políticas públicas que possam contribuir para uma educação de qualidade, gerando oportunidade, dignidade e cidadania para todos.

**Palavras chave:** Desigualdade; Educação; Equidade; Oportunidade.

## **ABSTRAT**

The present work studies on the importance of school education for the formation of the dignity and citizenship of the popular class, through an egalitarian/equalitarian space in a society that is excluded, that neglects the right to live with dignity, which signals the weaknesses of the entire educational system installed in the present Brazilian political and economic context. For a consecutive time, the issue of education is explored, which, even though it is everyone's right, has not guaranteed a liberating and awareness-raising formation. Many challenges are still faced by low-income people, who struggle daily to express their value, facing contempt and lack of opportunities conditioned by social differences. Systematically people suffer prejudice and disrespect and increase marginalization. The theoretical and methodological contribution of this reflection was based on studies by renowned Brazilian researchers who focused on the theme, considering that education is the basis for the formation of a society that seeks citizenship and the right to knowledge. It was concluded that much

still has to be done, raising society's awareness for the collection of public policies that can contribute to a quality education, generating opportunity, dignity and citizenship for all.

**Keywords** : Inequality; Education; Equity; Opportunity.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	6
2.1 - DESIGUALDADE SOCIAL E O DIREITO A EDUCAÇÃO.....	6
2.2 - EQUIDADE SOCIOEDUCACIONAL .....	8
2.3 - FREIRE E AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS .....	10
2.4 - A EDUCAÇÃO PARA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DO BRASIL .....	12
<b>3. RESULTADOS ALCANÇADOS</b> .....	14
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	15
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	16



## 1. INTRODUÇÃO

A educação é um tema muito discutido, e possui um significado bem amplo, quando alinhamos às discussões sobre pobreza. É fato que o estudo liberta as pessoas, dando voz e melhorando a qualidade de vida. Nesse contexto o presente estudo trata de evidenciar a luta da classe popular por um espaço na sociedade, em que tenham voz e liberdade para expressar suas ideias, estando assim implementados na sociedade sem serem reprimidos de viver com dignidade. Estudar é um direito de todos, contudo, a liberdade de expressão e a educação para a conscientização não é valorizada no sistema capitalista.

Portanto, um país que acredita na educação, deveria reformular sua proposta educacional, já que que a Constituição de 1988 garante uma educação básica a todos, independentemente da idade, no entanto ainda não contempla a totalidade desses direitos uma vez que ainda existem inúmeras pessoas analfabetas.

O estudo inspirou-se nas publicações de Paulo Freire, renomado pesquisador brasileiro que defendia a libertação enquanto direito humano, sempre tão necessária nas sociedades, arraigada por preconceitos e por opressão, seja no campo econômico, pedagógico, cultural e social.

O objetivo geral que norteou a presente pesquisa foi de construir um estudo bibliográfico que explique a influência e a importância da educação para famílias pertencentes a grupos sociais de baixa renda. Como objetivos específicos buscou-se ressaltar os direitos educacionais estabelecidos para as pessoas; promover um diálogo teórico com ênfase na bibliografia de Paulo Freire; argumentar sobre a necessidade da equidade socioeducativa na sociedade; ressaltar os problemas encontrados na sociedade nos diferentes ciclos sociais, bem como evidenciar e explicitar as razões de como a educação influi no futuro destas famílias de baixa renda.

O aporte teórico teve como base artigos publicados na plataforma *SciELO*, *Portal de periódicos da Capes*, *Lume*, e *Google Academic*, no sentido buscar cientificidade em publicações sobre a temática proposta. Aplicou-se os

conceitos de estudos exploratórios, realizados através de pesquisa bibliográfica, que são definidas como um estudo que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”(GIL, 2008, p.50). Construiu-se, dados a partir de uma análise de literatura, conduzida por estudos de artigos relacionados ao tema. A metodologia enfatizou temas como a modificações de ciclos sociais através da educação, direitos educacionais do cidadão, equidade socioeducativa, entre outros realizando comparativos e conectivos dos assuntos de forma qualitativa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 - DESIGUALDADE SOCIAL E O DIREITO A EDUCAÇÃO**

Argumenta-se que quando a cidadania enfrenta novos desafios, almeja-se espaços inovadores de atuação e abre áreas originais por meio das grandes transformações pelas quais o mundo contemporâneo vem passando. Nesse sentido, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e, no presente, ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos (CURY, 2002).

Pilati et al. (2020) disserta que a omissão do Estado pela falsa atuação social da escola precisa ser compreendida não como fundamento para retorno ao exclusivamente pedagógico, mas como alicerce da luta pela construção das condições necessárias ao direito à educação, permitindo assim o efetivo alcance da dimensão pedagógica que assegura a aprendizagem e o sucesso aos alunos de baixa renda.

Nessa perspectiva Pilati et al. (2020) comentam que a escola é a única presença do Estado na maioria dos territórios urbanos e rurais empobrecidos e precisa atentar para a necessidade de “integralidade” de atuação, nos aspectos políticos, sociais e culturais. Assim descrito, a nova postura escolar implica em abandonar a primazia absoluta e excludente do cognitivo, e paralelamente reconhecer a integralidade holística do ser humano: dimensão biopsicossocial e também as necessidades do ser humano.

A partir de tal concepção comenta-se que o direito à educação escolar é um dos espaços que não perderam e nem devem perder na atualidade. Ressaltando que, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em

textos legais, o acesso dos cidadãos à educação básica. Uma vez que, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que buscam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional (CURY, 2002), tal como dita a declaração de Salamanca:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

Dissertado por Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004) os autores comentam que os direitos e deveres consistem na cidadania, e a luta constante pelos nossos direitos representa a necessidade de vivermos com nossas diferenças. Como argumenta Faleiros (2006) que as bases da cidadania são: a participação, a garantia e a efetivação de direitos, mas diversas pessoas são impedidas de exercerem a cidadania, surgindo assim, a desigualdade social.

Demo (2001) ainda ressalta a alegação afirmando que a desigualdade social resulta das movimentações de poder e economia, e quem mais sofre é a parcela da população que sempre foi deixada de lado no campo político, em vista das grandes injustiças sociais. No mesmo sentido, Marshall (1967) destaca ser um problema presente na estrutura de toda a sociedade; em algumas maiores e em outras menores, porém presentes em todas. Faleiros, completa que o principal problema do contraste social é lidar com os excluídos, porque:

[...] é condição de existência do capitalismo, embora encoberta pela aparente igualdade perante a lei, de contatos, de relacionamentos ou de algumas oportunidades. A desigualdade estruturante da sociedade não está isenta de conflitos e de mudanças em algumas relações. Desigualdade significa relação de exploração de uns sobre outros, de concentração de poder, riqueza, ativos, capitais culturais, simbólicos, políticos, familiares de habilidades, reconhecimentos e diplomas (FALEIROS, 2006, p. 4).

Mendonça (2005) conclui que os direitos humanos garantem a todos, uma inclusão social no que diz respeito às suas necessidades básicas de justiça igualitária, uma vez que, se fala de justiça, temos a noção de igualdade. No entanto as injustiças sociais favorecem a crise, que, atualmente, assolam o mundo, deixando de lado os princípios de liberdade, igualdade e da fraternidade.

## 2.2 - EQUIDADE SOCIOEDUCACIONAL

Burci, Santos & Costa (2017) argumentam que ao longo de todo o processo de organização da vida do homem em sociedade, percebemos lutas, disputas e conquistas entre as camadas sociais. Assim, esses embates objetivaram o crescimento econômico dos países, o atendimento à parcela da população que mais necessita de cuidados nas diversas áreas, a conquista de poder e territórios, por fim, os diferentes motivos que originaram as mudanças na vida em sociedade e que continuam surgindo, porque o homem está em constante mudança intelectual e social.

As autoras ainda relatam que a cada momento, novas prioridades, novos desafios e novas necessidades surgem em meio aos aspectos que já foram ou não solucionados pela humanidade. Na atualidade, um dos aspectos questionados é a eficiência das políticas públicas e a necessidade elaborar novas políticas voltadas à educação. Nessa área os termos inclusão, igualdade e equidade são bastante discutidos e questionados; propõe-se, inicialmente, a seguinte reflexão sobre esses termos vinculados à educação (Burci, Santos & Costa, 2017).

[...] tornaram-se uma expressão do “nunca mais” por meio da construção de um mito político alternativo – o de que nós, enquanto seres humanos, temos direito à dignidade com igualdade, e que o papel do Estado é promover e proteger essa nossa humanidade igualitária (GAMARNIKOW, 2013, p. 194).

Teixeira (2012) analisa a noção que equidade se mistura à origem do direito e de justiça, mas não se sabe exatamente quando surgiu esse termo; entretanto uma das maiores influências sobre a ideia de equidade é de Aristóteles. Salienta-se que a análise desse termo surgiu do direito por entender que é a área que regula o convívio humano e as relações nos mais diversos

níveis sociais a partir da legislação vigente. Portanto, na educação a interpretação, a abrangência das leis e suas aplicações são pautadas nas análises do direito para se compreender as reais situações em âmbito jurídico.

Para Teixeira (2012) a equidade social é a garantia de se corrigir eventuais equívocos cometidos pelo legislador, ou até preencher lacunas que a atividade legislativa não conseguiu prever. O estudioso complementa que na acepção de Aristóteles, a equidade é uma forma de justiça que perpassa a lei, ou seja, pode-se dizer que a equidade é uma noção mais avançada de justiça.

Nesse viés, cabe aqui trazer a afirmação de Passos (2009) sobre a justiça, no sentido de que os extremos opostos da justiça são compreendidos como injustiça, e que nas ações justas ou até injustas sempre existem pelo menos duas partes envolvidas e, quando alguém age injustamente, alguém é vítima de injustiça.

O autor evidencia que o homem é passível de erro, podendo elaborar leis com falhas, as quais impedirão a realização da justiça plena. Contudo, para Aristóteles, por mais que exista a presença de erros, a lei não será totalmente injusta, e o que há de mais justo é cumpri-la; por isso nesse momento o princípio de equidade pode ser aplicado. Para quem, no âmbito legal, tal princípio é empregado pelo juiz na possibilidade de corrigir as imperfeições da lei (PASSOS 2009).

Segundo Tenório, Ferraz e Pinto (2015), não basta apenas garantir a oferta de vaga ou acesso à escola, é necessária uma educação de qualidade, o que depende de fatores como a eficácia e a equidade. Contextualizando ainda que a equidade, na educação, implica em reconhecer que nem todos aprendem ou devem ser ensinados da mesma forma igualitária.

O processo educacional que busca a equidade pressupõe o reconhecimento e o respeito às diferenças e é capaz de fazer com que todos os alunos desenvolvam as competências e habilidades esperadas para o nível de estudo, levando em consideração as diferenças pessoais, socioeconômicas e culturais do aluno. Nesse sentido, torna-se necessário que a escola não seja passiva às diferenças, cuidando individualmente subjetividades de cada

discente, pois, ao contrário se todos são tratados igualmente, a desigualdade permanece (TENÓRIO; FERRAZ & PINTO, 2015).

A vigência das cotas são uma espécie de ação de cunho afirmativo equalitário, sendo assim, pode ser retomado o conceito de ações afirmativas, uma vez que é um tema de abordagem antiga e busca romper com as desigualdades históricas ou sociais.

Rozas (2009) comenta que ações afirmativas representam um conjunto de ações públicas que visam o rompimento de desigualdades históricas ou sociais no acesso ao efetivo exercício de direitos, bens e serviços considerados essenciais à vida digna. Desigualdades que não conseguem ser rompidas com os mecanismos tradicionais de inclusão social, como a expansão do mercado de trabalho ou o acesso universal à educação. No entanto a implementação das cotas possibilita uma maior oportunidade às pessoas pertencentes a ciclos sociais menos beneficiados a fim de garantirem espaço e reconhecimento educacional.

### 2.3 - FREIRE E AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Em estudo “Pedagogia da autonomia” Paulo Freire (1996) discute sobre educar com compromisso social requer uma pedagogia não de abstenção, mas de luta e posicionamento, uma vez que a educação não é neutra.

Paulo Freire defendia a esperança como força motriz mobilizadora, testemunha que prova ser possível construir alternativas ao modelo vigente de sociedade atualmente estabelecida. Lutou pela educação popular mesmo sendo alvo de inúmeras perseguições, sendo desdenhado e não reconhecido. Para quem, a educação para a liberdade está associada à humanização, contrária aos valores de uma sociedade capitalista, por isso dizia que:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não é determinismo (Freire, p. 59., 1996).

Assim descrito, realizando uma reflexão da literatura de Libâneo (2013) partir de uma perspectiva freiriana, argumenta-se que o educador liberta pois, possui atenção voltada para o fato de que a transformação não é apenas uma questão de métodos e técnicas. Caso contrário, se a educação libertadora for somente uma questão de métodos, então o problema seria mudar algumas metodologias tradicionais por outras diferente e mais modernas. Freire comenta que a questão seria o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade.

O professor ainda discorre que a educação tradicional foi construída de uma forma em que os professores tinham o saber e o aluno era um simples depósito de informação, o que significava não trabalhar a educação política, muito menos uma formação crítica. Assim, para produzir transformações, era preciso reconhecer os limites da educação e da sociedade, apontando os lugares que ocorriam opressão e os lugares possíveis de libertação. Freire (1986) expõe que o processo de libertação só ocorre quando os oprimidos de fato descobrem nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada pela libertação, começando a crer em si mesmo, e assim, superando a si, a convivência com o regime opressor, como se extrai do trecho abaixo:

A educação é também um ato político. A ideologia dominante "vive" dentro de nós e também definitiva, nunca poderíamos pensar na transformação social. Mas a transformação é possível porque a consciência não é um espelho do simples reflexo, mas é reflexiva e refletora da realidade. Enquanto seres humanos conscientes, podemos descobrir como somos condicionados pela ideologia dominante. Podemos distanciar da nossa época podemos aprender, portanto, como nos libertar através da luta política na sociedade. Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres? É por isso que podemos pensar na transformação. (Paulo Freire 1986. p. 17)

A partir da concepção de Paulo Freire (2005) podemos enfatizar a alegação que a "educação é libertadora", nesse sentido, esta não deve ser tirana, porque se afasta de seu objetivo social. Deve levar a reflexão sobre o assunto e enxergar que existe a necessidade dos educadores e educadoras, de uma certa "rebeldia". A fim de que posam compreender as estruturas opressoras da sociedade, a partir de uma macro perspectiva, e as práticas bancárias cotidianas, rompendo com a realidade, no mundo cada vez mais opressor e mais desigual.

## 2.4 - A EDUCAÇÃO PARA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DO BRASIL

Duarte (2013) expõe que ao falar de cidadania, torna-se fundamentalmente importante revelar a ação da Educação na construção do sujeito cidadão, essencial para a edificação ativa e efetiva do ser na busca pelos direitos que institui a cidadania. A luta por direito é perceptível desde a época escolar, formadora de cidadania, que deixando de ser elitista, passou a abranger toda população, nos mais distintos ciclos sociais.

Enfatiza-se que “a pobreza e a educação se relacionam entre si, diagnosticando a complexidade do contexto social” (CURY, p. 22, 2002). O cotidiano das instituições, que se assenta sobre a desigualdade social, política e econômica é bem descrito, por Gonçalves Filho (2004) que destaca a invisibilidade como mecanismo de dominação:

“A pobreza não é refletida como tendo razões históricas determinadas, cristalização de situações predatórias de vínculo patronal. A miséria vem constar como uma fatalidade. Tudo poderia ser resolvido por meio de um trabalho que remunerasse melhor (GONÇALVES FILHO, p. 160, 2004).”

Segundo a UNICEF (2018) 6 em cada 10 crianças brasileiras, com idade entre 7 e 14 anos, vivem em situação de pobreza. Entre as privações, 18 milhões de crianças e adolescentes vivem sem acesso a uma cesta básica. As crianças e adolescentes mais afetados/as são as negras, as da zona rural e as que vivem nas regiões Norte e Nordeste do país, conforme trecho abaixo:

Os(as) pobres são os(as) sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-renda, sem-escola, sem-saúde, cujas vidas se encontram nos limites da sobrevivência. Desse modo, conforme avancemos em reconhecer a pobreza como uma questão social, passaremos a vê-la também como uma questão política, como um problema de Estado e, assim, a exigir as políticas de Estado capazes de alterar essa realidade. (Arroyo, p. 16, 2015).

Pilati et al. (2020) enfatiza que uma das dimensões das necessidades infanto-juvenis consideradas no estudo para definição da pobreza na faixa etária de 7 a 14 anos foi a privação da educação, tanto a extrema - quando a criança não tem o acesso à educação ou a intermediária - quando a criança está na escola, mas não está aprendendo. Essa não é uma situação que surge agora

neste século, mas um processo contínuo da colonização, pois permanecem pobres os negros, os indígenas, as mulheres.

Observando o abismo social, vemos que a escola pode atuar como ponte. Cury (2002) disserta que o currículo escolar é tudo que acontece em uma escola, em que o poder de definir as relações de poder e a cultura, pode assim contribuir para combater as desigualdades sociais.

Para ele, a articulação do currículo escolar com a pobreza pode fazer com que a escola, a docência e também as teorias pedagógicas passem a considerar o caráter socializador das vivências da pobreza, o que permite criar um significado extremamente relevante para o currículo, que é: “restituir a sua função formadora e educativa. Entretanto, isso não pode reduzir-se à seleção de conhecimentos sobre a pobreza a serem trabalhados nos processos de ensino-aprendizagem.” (ARROYO, 2015, p.32).

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, “por outro também entre a cultura dos sujeitos, a sociedade de hoje e a do amanhã, as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância”. (GIMENO SACRISTÁN, 2013, p. 10)

Logo, o currículo escolar contribui para pensar a relação educação e pobreza na atualidade. O problema é de caráter universal em uma sociedade de classes marcada por tremendas desigualdades tanto de gênero e raça/etnia como quer Souza & Yannoulas (2010). Nesse sentido, o currículo não é neutro pode, inclusive, reproduzir as desigualdades e as injustiças sociais ou contribuir para a construção de uma sociedade democrática e justa.

A educação faz parte dos direitos dos cidadãos e de uma sociedade democrática contribuindo com a justiça social. No entanto, precisa ser repensada para atender às demandas da comunidade (TENORIO, FERRAZ & PINTO, 2015). Na atualidade tem sido apenas mais um meio de exclusão. Mézaros (2008, p.11) afirma que:

“O simples acesso a educação é condição necessária mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá

mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições da educação formal.”

Ao descrever e analisar o ambiente escolar como meio social, em que se encontram seres sociais, percebe-se o quanto a escola é satisfatória na sociabilidade humana. Contudo, a descontextualização da escola atual, limita o crescimento em relação à aprendizagem do estudante e aos princípios basilares da educação que são, igualdade, fraternidade e liberdade, paradigmas que devem permanecer juntos por terem como finalidades o avanço processo educacional (ROCHA et al., 2018).

Nicoletti (2017) acrescenta que para que a escola seja um espaço de transformação e de construção, faz-se necessário uma diferenciação no protagonismo do estudante. Contudo, por vezes, o ambiente escolar inibi a transformação, que é um processo natural da evolução social do sujeito. Ao contrário, dever ser um espaço que estimule a evolução intelectual, social e cultural dos educandos, independentemente de sua condição.

### **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

O presente estudo utilizou-se das pesquisas de Pilati (2020), Rocha (2018), Nicoletti (2017), Arroyo (2015), Tenório Ferraz (2015), Mendonça (2015), Libâneo (2013), Gamarnikow (2013), Gimeno Sacristán (2013), Duarte (2013), Teixeira (2012), Cury (2002), e outros, destacando as concepções de Freire (2005, 2001, 2000, 1996, 1986) que versam sobre os aspectos educacionais e sociais da educação e da liberdade. Destacou-se as abordagens teóricas desses autores, uma vez que se unem à temática aqui apresentada a escola como vínculo que garante, de certa forma, os direitos essenciais da vida social e o apoio para mudanças de vida.

Argumenta-se que a educação abrange vários contextos e um deles é a pobreza tida como uma grande parcela dos problemas sociais, que dificultam o desenvolvimento intelectual e social. Ressalta-se ainda que é papel fundamental da educação dar condições ao homem em sua formação, tornando-o crítico e autônomo para uma sociedade repleta de desigualdade, não para ser desigual, mas para construir a igualdade (ROCHA et al., 2018).

Nesse sentido, a presente pesquisa possibilitou trabalhar o tema de forma abrangente, destacando as desigualdades instaladas na sociedade ainda nos dias atuais. A educação tem papel primordial na mudança das realidades e na construção do 'eu' mais consciente "uma vez que a prática educativa é o processo pelo qual são assimilados conhecimentos e experiências acumulados pela prática social da humanidade [...]" (LIBÂNEO, 2013, p. 23).

Observou-se que a educação é necessária na vida dos homens, que muitas vezes não tem na formação escolar a única forma de transformação social. E nesse sentido, observou-se que tais influências atuam na sociedade de forma direta, possibilitando o sujeito a alcançar autonomia.

Por meio do estudo é possível comparar a grande desigualdade social que ainda reside no Brasil. A educação pode e deve atuar amenizando e erradicando a desigualdade. Em destaque para comunidades indígenas, pretas e pardas que ainda hoje se encontram em situações de vulnerabilidade ou déficit econômico familiar. Logo, ações educativas que visem ajudar as pessoas a terem mudanças significativas de vida devem ser implementadas, como a presença de programas socioeducativos, a constância do sistema de cotas e o apoio das políticas públicas educativas. Sobretudo levar educação aos marginalizados, é levar a liberdade a estas, é dar poder de fala e de lugar.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do presente estudo foi possível observar as dificuldades enfrentadas pelas classes populares na busca por um espaço igualitário na sociedade que historicamente tanto excluiu o povo do direito a educação crítica, reprimindo e também negando o direito de viver com dignidade.

Compreende-se que pedagogia freiriana é de fundamental importância para reconhecer que escola pode ser um espaço privilegiado no processo de resgate do sujeito da condição de excluído. Desta forma, pensar a relação

educação e cidadania é, certamente, pertinente, uma vez que educar para a cidadania está entre as tarefas da escola e do professor na escola.

A partir disso aponta-se as fragilidades de todo o sistema educacional instalado no presente contexto político e econômico brasileiro, ainda que a educação enquanto direito de todos não têm garantido uma formação libertadora e conscientizadora. E, neste contexto, através das reflexões dos pesquisadores sobre a educação, percebe-se que existem possibilidades de questionar a sociedade capitalista que influencia as políticas educacionais, uma vez que é necessário progredir e dar voz àqueles que argumentam que a educação para a libertação é um direito e que essa batalha deve ser lutada.

## REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza, desigualdades e educação**. Módulo Introdutório. In: Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social. Brasília: MEC, 2015.

BURCI, T. V. L.; SANTOS, A, R, dos.; COSTA, M. L. F. **Inclusão com igualdade ou com equidade: primeiras reflexões**. Colloquium Humanarum, vol. 14, n. Especial, Jul–Dez, 2017, p. 444-450. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2017.v14.nesp.000976

CURY, C. R. J. **DIREITO À EDUCAÇÃO: DIREITO À IGUALDADE, DIREITO À DIFERENÇA**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 12 OUT 2022

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001

DUARTE, Natália de Souza. **O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível**. Rev. Bras. Estud. Pedagog. (online), Brasília, v. 94, n. 237, p. 343-363, maio/ago. 2013.

- FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão social e cidadania**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 32., 2006, Brasília, DF. Anais...Brasília, DF, 2006. p. 1-15.
- FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 158 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 245 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**, Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de FREIRE, CORTEZ & MORAES**, 1979.
- GAMARNIKOW, Eva. Educação, (in)justiça social e direitos humanos: combatendo desigualdades na globalização turbo capitalista. Revista brasileira de educação, v. 18, n. 52, jan/mar. 2013.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso 2013.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. **A invisibilidade pública (Prefácio)**. In: COSTA, Fernando Braga da. Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004, p. 06-34
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. **Módulo II – Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. In: Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.
- MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NICOLETTI, Lucas Portilho. **Infância, escola e educação das crianças no pensamento de Paulo Freire: fundamentos teórico-práticos de uma pedagogia humanizadora**. Campinas, São Paulo, 2017.
- PASSOS, Jorge R. C. **Justiça e equidade em Aristóteles**. Revista Augustus. Rio de Janeiro, v.14, n.28, 2009.

PILATI, A. S.; BISINOTO, C.; DUARTE, N. de. S.; YANNOULAS, S. C. **EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**. A iniciativa EPDS na Universidade de Brasília (2017-2018) Volume 1: Reflexões. Brasília. Brasil. 2020.

ROCHA, F. M.; PINTO, F. R. M.; ARAÚJO, A, M. de. C. e. S. A. **Educação e pobreza: a escola como garantia de direitos**. Revista Pedagogia – UFMT. Número 8. Jan/Jun 2018.

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira –por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) -Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Camila R. F.; YANNOULAS, Silvia C. **Democratização da gestão nas escolas públicas brasileiras: a educação como intervenção participativa**. Revista Argumentum, v. 2, p. 71-93, 2010.

STOER, Stephen R.; MAGALHÃES, António M.; RODRIGUES, David. **Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2004

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. **A Equidade na Filosofia do Direito: apontamentos sobre sua origem aristotélica**. Revista Espaço Acadêmico. N.28. jan./2012.

TENÓRIO, Robinson Moreira; FERRAZ, Maria do Carmo Gomes; PINTO, Jucinara de Castro Almeida. **Eficácia e equidade: indicadores de qualidade da educação básica no Brasil**. Projeto Equidade no Ensino Superior. Faculdade de Educação – FAGED, 2015.

UNICEF. **Pobreza na infância e na adolescência**. UNICEF, 2018. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/pobreza\\_infancia\\_adolescencia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/pobreza_infancia_adolescencia.pdf). Acesso em: 10 OUT. 2022.